

As dimensões da Sociolingüística

Manoel Pinto Ribeiro, da UERJ, da ABF e da UNISUAM

Sob o título de “As dimensões da Sociolingüística”, William Bright escreve em 1996 um artigo sobre os trabalhos realizados num congresso realizado em 1964 na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA).

CONCEITUAÇÃO DE SOCIOLINGÜÍSTICA

No dicionário de Lingüística e Fonética, de Crystal (1985: 243), vemos, em linhas gerais, o objeto de interesse da Sociolingüística, que é um ramo da Lingüística que estuda todos os aspectos da relação entre língua e sociedade. Os sociolingüistas pesquisam questões como:

1) identidade lingüística dos grupos sociais; as atitudes sociais em relação à língua, as formas-padrão ou não-padronizadas da língua; 3) os esquemas e necessidades dos usos da língua nacional; 4) as variantes sociais e os níveis da língua; 5) a base social do multilingüismo, etc. Um nome alternativo para o assunto (que sugere uma preocupação maior com as explicações sociológicas, em detrimento das lingüísticas, para as questões acima) é *sociologia da linguagem*.

O termo coincide, até certo ponto, com os estudos de Etnolingüística e da Lingüística Antropológica, refletindo interesses comuns de disciplinas afins – a sociologia, a etnologia e a antropologia. O estudo dos dialetos às vezes é considerado como um campo separado, sob o nome de Dialectologia, em especial quando focaliza os dialetos sociais. A lingüística sociológica é diferenciada ocasionalmente da sociolingüística, principalmente na Europa, onde a expressão reflete uma preocupação em ver a língua como uma parte integrante da teoria sociológica.

O objeto da Sociolingüística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. O ponto de partida é a comunidade lingüística: conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham. Neste caso, os indivíduos se relacionam por meio de redes comunicativas diversas e que orientam seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras.

Em recente artigo, Tânia Maria Alkmim, no livro *Introdução à lingüística – domínios e fronteiras*, volume 1(2001), diz que linguagem e sociedade estão ligadas entre si de modo inquestionável, e essa relação é a base da constituição do ser humano. A autora começa mostrando o papel de lingüista alemão Augusto Schleicher, no século XIX, especialista em botânica que conceitua a língua como

um produto da ação complexa de substâncias naturais no cérebro e no aparelho fonador. Advogou que a língua é o método mais adequado para se proceder à classificação racial da humanidade. Essa orientação afastou toda consideração de ordem social e cultural no trato do fenômeno lingüístico.

Para Saussure, a língua é um fato social, no sentido de que é um sistema convencional adquirido pelos indivíduos no convívio social.

Em 1956, Marcel Cohen publicou o livro *Por uma sociologia da linguagem*, afirmando que os fenômenos lingüísticos se realizam no contexto variável dos acontecimentos sociais

Benveniste mostra que “*a linguagem sempre se realiza dentro de uma língua, de uma estrutura lingüística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular*”. Logo, língua e sociedade não podem ser concebidas uma sem a outra. (Alkmin: 27)

Porém, Tania Alkmim pondera que, apesar de ser óbvia essa relação, ela é também complexa, pois a passagem do social ao lingüístico e vice-versa não ocorre com facilidade.

Os trabalhos sobre sociolingüística motivaram uma polêmica contra a gramática normativa no ensino de nossa língua. Muitos autores têm publicado obras que procuram defender uma liberdade ilimitada da expressão verbal, posição que, a nosso ver, radicaliza o problema. No ensino primário, principalmente, a passagem da linguagem transmitida para a adquirida tem de ser feita com extremos cuidados, lembrando-se o professor de que a situação da fala é, quase sempre, diferente da que ocorre na escrita. No livro *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?*, Bechara (1985), com sua incontestável autoridade, faz críticas severas a professores de nossa língua que, entrosados com as idéias de Saussure, Hjelmslev e Jakobson, utilizam “*uma série de construções em péssimo português, algumas das quais nocivas à própria eficiência da comunicação. Não se trata do “rancismo” gramatical, mas de pequeninas nocões como conjugação verbal ou emprego de pronomes*”. Acrescenta o mestre que, hoje, “*conviver com os bons autores, antigos e modernos, é tido como sinal de cafonice e, com isso, o padrão da língua culta vai sendo esquecido por aqueles que a deveriam saber por profissão*”. E arremata afirmando que “*esse tipo de lingüística, entre nós, fez soçobrar a filologia; ao contrário, aliás, do que acontece nos países onde a verdadeira lingüística está em pleno apogeu*”.

Não é à toa que ouvimos afirmação como: “*Eu cometo erro, e daí? Quem é que vai me detonar?*”, dita por uma conhecida apresentadora de programa de televisão.

SOCIOLINGÜÍSTICA – fixação de um campo de estudos.

A partir do congresso organizado por William Bright, vários estudiosos se constituíram, então, em referências clássicas na tradição desses estudos: John Gumperz, Einar Haugen, William Labov, Dell Hymes, José Fisher, José Pedro Rona. Em 1966, é publicado o livro do congresso sob o título

Sociolinguistics, no qual Bright escreve o texto inicial *As dimensões da lingüística*, definindo e caracterizando a nova área de estudo. Proposta: a Sociolingüística deve “*demonstrar a co-variação sistemática das variações lingüística e social. Ou melhor, relaciona as variações lingüísticas observáveis em uma comunidade às diferenciações existentes na estrutura social desta mesma sociedade*”. Segundo Bright, o objeto de estudo da Sociolingüística é a diversidade lingüística.

Essa diversidade está relacionada com um conjunto de fatores socialmente definidos:

1. identidade social do emissor ou falante: estudo dos dialetos de classes sociais e das diferenças entre falas femininas e masculinas, por exemplo;
2. identidade social do receptor – estudo das formas de tratamento; por exemplo a fala de adultos para se dirigirem ao bebê: *baby talk*;
3. o contexto social - diferenças entre os estilos formal e informal: Tem livros aqui? / Há livros aqui?
4. o julgamento social distinto que os falantes fazem do próprio comportamento lingüístico e sobre o dos outros (as atitudes lingüísticas).

Neste campo de estudo se encontram herdeiros de tradições como a antropologia lingüística (Hymes) ou da dialectologia social (Labov) e também de psicólogos, sociólogos e mesmo planejadores. Tudo começou com os estudos, no início do século XX, de Franz Boas e seus discípulos Edward Sapir e Benjamim Whorf com a chamada Antropologia Lingüística. Nessa vertente, em que linguagem, cultura e sociedade são considerados fenômenos inseparáveis, lingüistas e antropólogos trabalham lado a lado e, mesmo, de modo integrado, diz Alkmim (op. cit.). Por isso, a Sociolingüística está marcada por origem interdisciplinar.

A Sociolingüística tem seu estudo precedido por dois grandes pesquisadores. Em 1962, Hymes propõe um novo domínio: a Etnografia da fala, mais tarde denominada de Etnografia da Comunicação. Busca contribuição da Etnologia, Psicologia e da Lingüística. Procura descrever e interpretar o comportamento lingüístico no contexto cultural. Define as funções da linguagem a partir da observação da fala e das regras sociais.

Em 1963, Labov publica um trabalho descrevendo a comunidade de uma ilha nos Estados Unidos, em que sublinha o papel decisivo dos fatores sociais na explicação da variação lingüística, isto é, da diversidade lingüística observada, relacionando fatores como idade, sexo, ocupação, origem étnica e atitude ao comportamento lingüístico manifesto, e, mais concretamente, à pronúncia de determinados fones do inglês. Em 1964, Labov fixa em Nova Iorque um modelo de descrição conhecido como *Lingüística Varicionista* ou *Teoria da Variação*, de grande impacto na Lingüística contemporânea.

Organizado por Maria Cecília Mollica e Maria Luiza Braga, a Contexto editou, em 2003, o livro *Introdução à Sociolingüística – o tratamento da vari-*

ação. No capítulo I, Maria Cecília Mollica descreve a Sociolinguística como uma das subáreas da Linguística que estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala. O estudo está voltado para a investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais. O foco é a heterogeneidade que caracteriza as línguas em geral. Diz a autora: “*Encontram-se assim formas que, em princípio, se equivalem semanticamente no nível do vocabulário, da sintaxe e morfossintaxe*”.

A SOCIOLINGÜÍSTICA NO BRASIL – precursores e estudos atuais.

Não podemos esquecer, entretanto, que a preocupação com esse estudo já se encontra no Brasil desde, pelo menos, o trabalho de Amadeu Amaral – *O dialeto caipira* -, de 1920. De forma incipiente e, talvez, intuitiva, o autor seleciona particularidades fônicas, mórficas, sintáticas e lexicais de “*um aspecto da dialeção portuguesa em São Paulo*”. Ele não se inspirou em Gilliéron, mas conhecia as questões dialetológicas veiculadas por Leite de Vasconcelos.

Em 1922, surge *O linguajar carioca*, de Antenor Nascentes, republicado pela Simões em 1953, dedicando-se a obra a Amadeu Amaral, o pioneiro nesses estudos. O filólogo realça que visou à língua do povo onde ocorre a naturalidade, a espontaneidade, diferentemente da linguagem formal. Na segunda edição em 1953, acrescenta um capítulo com a divisão do Brasil em áreas linguísticas, reunidos em dois grupos (norte e sul) e um território incaracterístico, com seis subfalares (amazônico, nordestino, baiano, mineiro, fluminense e sulista). Esta divisão substitui a de 1922, com o dialeto brasileiro subdividido em quatro subdialeto (nortista, fluminense, sertanejo e sulista). Sua proposta adveio de viagens que fez por todos os territórios brasileiros e serviu de base para os que estudam o português do Brasil. Pretendia o mestre escrever uma gramática dos erros, tarefa que não chegou a realizar. Afirmava em sala de aula que jamais disse ruim [ru-im] e sim rúim [ruim]. Ele diria hoje: É rúim, hem! Em *O linguajar carioca*: 76/77, aponta diversas formas da língua falada como, verbi gratia, a deturpação de proparoxítonos que acarreta profundas mutilações nas palavras: *cágado-cago, espírito-esprito, música-musga, cócegas-coscas (daí cosquinhas)*.

Dentre muitos mestres, não poderíamos esquecer o nome de João Ribeiro. Em sua edição de *A língua nacional*, de 1933, ele faz uma crítica acerba à tendência de imitação da linguagem dos lusitanos. Comentando a colocação pronominal, por exemplo, diz que todos os fatos de linguagem, cá e lá, têm igual excelência, como fenômenos e que os nossos modos de dizer são diferentes e legítimos e conservam o perfume do espírito que os dita. Assim, a frase “Me passe os cobres”, para ele é uma fórmula de uma cobrança amigável. E “Passe-me os cobres” é uma intimação violenta, judicial, “manu militari” Ocorre, então, que no Brasil, talvez por uma questão de ritmo frasal, essa colocação hoje é normal.

Outro grande lingüista, Serafim da Silva Neto, foi considerado por Celso

Cunha “o mais atualizado lingüista-filólogo que tivemos em qualquer época”. Da década de 30 até a de 50, enfatizou a necessidade de criar-se “mentalidade dialectológica, preparando ambiente favorável às pesquisas de campo”. No livro *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, de 1950, lutava por organizar excursões lingüístico-etnográficas para devassar o interior brasileiro e recolher amplos materiais. Criou a *Revista Brasileira de Filologia* (junho de 1955), para divulgar a língua portuguesa e “dar atenção especial ao português do Brasil”.

Nesse primeiro número faz a enumeração de tarefas para a consecução do *Atlas lingüístico nacional*, fato que se repete no *Guia para estudos dialectológicos*, onde também sugere temas e apresenta um esboço de questionário, com três campos semânticos (terra, animal e homem), para ser aplicado no Amazonas.

Celso Cunha é outro grande nome da filologia que contribuiu para o conhecimento da variante brasileira, organizando o 1.º Congresso de Língua Falada no Teatro (1956), o 1.º Congresso Brasileiro de Etnografia e Dialectologia, de Porto Alegre (1958) e o 1.º Simpósio de Filologia Românica (1958), apenas para situar aqueles que determinaram a mentalidade dialectológica no país. Escreveu *Língua portuguesa e realidade brasileira*, síntese das idéias referentes à língua e à literatura brasileira. Coordenou o projeto NURC (*Norma Lingüística Oral Urbana Culta*) e o APERJ, ambos desenvolvidos por professores de Língua Portuguesa. Em 1957, com Serafim da Silva Neto, apresentou ao 3.º Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, em Lisboa, a proposta do *Atlas Lingüístico-Etnográfico* por regiões.

Nesta introdução, não podíamos esquecer Gladstone Chaves de Melo, mestre de todos nós e figura humana incomparável. Seu livro *A língua do Brasil* é leitura obrigatória para a compreensão de alguns aspectos da sociolingüística no Brasil. Ele toma como referência principal a linguagem vulgar de Minas Gerais, para comparação com outras loqüelas regionais nossas, mas também para cotejar com dialetos portugueses. O autor se valeu de observações em diversas localidades do interior, além de diversas leituras de escassa bibliografia, em que não se explicam fatos como a prosódia, os sistemas de fonemas e outros fatos.

Para ele, “a língua popular tem grande importância, com ser, as mais das vezes, “em parte conservação das primitivas fases, em parte evolução do que a literatura fixou em obras imorredouras, e quase sempre por consequência a “vergôntea viçosa de um tronco fecundo e antigo”, como disse Leite de Vasconcelos. Gladstone pregava a organização de grupos de estudos dialectológicos, como fez Nelson Rossi.

Afirmou que o fundo dessa linguagem plebéia é o português arcaico final. É a língua do século XV e que seria falada também pelos descobridores e primeiros povoadores até lá pelo século XVII. Já se perderam muitos fatos, como *medês*, e pronomes com *êsto*, *aquêlo*, mas se ouvem formas do século XV, como *saluçõ*, *entonces*, *fruita*, *bautismo*, *inzemplo*, *esprito*, *preguntar*, *rezão*, *menhã*,

perjúzo. Na sintaxe, uso da preposição *em* regendo os complementos dos verbos de movimento: ir *na* cidade. Veja-se: A procissão chega *no* alto do morro (aqui, por uma questão de eufonia, temos de evitar o uso culto com a preposição *a*). O *lhe* aparece com valor de acusativo: eu *lhe* amo; *chamar* e *obedecer* com regime direto; *ele* em função objetiva direta: vi *ele*; liberdade na colocação de pronomes, fatos que se encontram em escritores contemporâneos de Fernão Lopes. Esse fundo arcaico constitui, por assim dizer, a substância da nossa fala popular.

Em *Estrutura da língua portuguesa*, Mattoso Camara nos diz que a “língua tem de ser ensinada na escola, e, como anota o lingüista francês Ernest Tonnelat, o ensino escolar tem de assentar necessariamente numa regulamentação imperativa”.

Assim, continua o Mestre (p. 5),

A gramática normativa depende da lingüística sincrônica, para não ser caprichosa e contraproducente. A gramática normativa tem o seu lugar à parte, imposto por injunções de ordem prática dentro da sociedade. É um erro profundamente perturbador misturar as duas disciplinas e, pior ainda, fazer lingüística sincrônica, ou gramática descritiva com preocupações normativas.

É preciso conhecer a causa profunda de certos procedimentos, para poder combatê-lo na gramática normativa, mesmo quando convém a correção de um procedimento lingüístico, quando marca desfavoravelmente o indivíduo do ponto de vista social ou prejudica a clareza e a eficiência da sua capacidade de compreensão ou ainda quando cria um cisma perturbador num uso mais geral adotado.

Além disso, a norma não pode ser uniforme ou rígida. Ela é elástica e contingente, de acordo com cada situação social específica. O professor, por exemplo, não fala na rua, ao se encontrar com um amigo, como em sala de aula.

O lingüista brasileiro, cujas lições ainda são lembradas, acrescenta outros argumentos de peso:

1) Ao insurgir-se o lingüista sincrônico contra o gramático normativo ou o professor de língua, isto ocorre porque se desobedece a três preceitos: 1) impõem-se regras praxistas como sendo lingüísticas; 2) corrige-se às cegas, sem tocar no ponto nevrálgico que se quer corrigir e com isso cria-se confusão e distúrbio; 3) parte-se do princípio insustentável de que a norma é sempre a mesma, fixando-se um padrão social altamente formalizado como o que convém sempre dizer.

Para ele, a solução é conhecer os princípios gerais da lingüística. Deve-se ter o apoio, então, de uma gramática descritiva desinteressada de preocupações normativas. Assim afirma Mattoso:

Tendo em vista a variabilidade no espaço e na hierarquia social, ou num mesmo indivíduo conforme a situação em que se acha, a gramática descritiva deve escolher o seu campo de observação. No ensino escolar, não

tomará por base, evidentemente, uma modalidade popular ou regional. Muito menos haverá um uso elaborado e sofisticado. Partirá do uso falado e escrito considerado “culto”, ou melhor dito, adequado às condições formais de intercâmbio lingüístico.

Afirma, ainda, que a língua dá forma à sociedade ao exhibir o semantismo social, que consiste, principalmente, de designações, de fatos do vocabulário. O léxico se apresenta como uma fonte importante para os estudiosos da sociedade e da cultura, pois retém informações sobre as formas e as fases da organização social, sobre os regimes políticos. Maria Emília Barcelos da Silva, em *O dinamismo lexical – o dizer nosso de cada dia*, nos ensina que o léxico de uma língua constitui-se do saber vocabular de um grupo sociolingüístico e culturalmente definido: é o conhecimento partilhado que povoa a consciência do falante. Em recente trabalho de mestrado na UERJ, a professora Nícia de Andrade Verdini Clare pesquisou a linguagem do poder, com a tese *A linguagem da política: inovações lingüísticas no português contemporâneo*, em que menciona um considerável número de neologismos utilizados pelos políticos. Salientamos: *realmário*, composição de real e Romário, nome jocoso atribuído ao real, numa alusão ao craque; outros termos: *neobobismo*, que gerou o adjetivo *neobobo* e o superlativo *neobobíssimo*.

Outro pesquisador é Luiz César Saraiva Feijó, da Academia Brasileira de Filologia, que há trinta anos vem desenvolvendo trabalho sobre a linguagem dos esportes, principalmente do futebol. No Brasil, dificilmente encontraremos quem ultrapasse os estudos do nobre professor. Seu primeiro trabalho foi *A linguagem dos esportes de massa e a gíria no futebol*, da Tempo Brasileiro, edição de 1994. O segundo livro – *Brasil X Portugal – um derby lingüístico* - foi resultado de uma estada de seis meses em Portugal. Por último o livro lançado antes da copa de 2002: *Balançando o véu da noiva*. Estes dois últimos foram publicados pela Sociedade Brasileira de Língua e Literatura, que é dirigida pelo professor Leodegário. Nesses trabalhos, o autor faz uma análise de cada expressão, mostrando sua origem e formulando um comentário quase sempre semântico-filológico. Selecionamos algumas expressões:

1) *cabeça-de-bagre*: expressão da gíria do futebol para caracterizar o mau jogador. Está dicionarizado no Aurélio. O bagre tem a cabeça chata e, por isso, alguém com cabeça chata como a de um bagre não pode ser um jogador completo, não dá para cabecear. Eis mais um caso espirituoso de criação vocabular de base metafórica.

2) *Macários* – são os carregadores da maca. Chiste lingüístico criado por Whashington Rodrigues. Neologismo formal, *pluralia tantum*, formado a partir do substantivo comum maca, o objeto que transporta o jogador acidentado. Formação de acordo com o amplo contexto da nominalização das diversas situações que surgem na linguagem especial do futebol. No segundo livro, o da pesquisa em Portugal, temos: “Avassaladores de início, titubeante a meio, eficientíssimos no recomeço e economicistas na parte final que poderia ter sido bem mais complicado...o portista pareceu

jogar a medo, poucas vezes ultrapassando a linha do meio campo. Enfim uma noite algo aziaga que culminaria com um cartão amarelo". (p.62).

Do livro *Balançando o véu da noiva*, retiramos o termo "pombo-sem-asa" - expressão da gíria da língua geral, aproveitada nas transmissões de partidas de futebol, por alguns locutores e comentaristas de rádio e televisão. Segundo o professor Feijó,

a expressão diz respeito ao chute violento dado à bola pelo jogador. A bola atinge grande velocidade e parte em direção às balizas do adversário. Um pombo despencando, sem asas, a cair em grande velocidade. De uma visão metafórica, hiperbólica e impressionista, surgiu esta expressão, que apresenta outras similares: tijolo quente, tiro de canhão, tremenda raquetada, etc.

Voltando aos estudos lingüísticos, temos de citar Benveniste que também articula a questão da relação língua e sociedade no plano geral da construção do humano e, particularmente, no plano das relações concretas e contingentes estabelecidas na vida social.

Interessante trabalho de sociolingüística sobre a fala popular do Rio de Janeiro é o publicado pela americana Priscilla Goslin: *How to be a carioca*. É um guia para turistas de língua inglesa que mostra as principais expressões necessárias para que o estrangeiro se comunique com os habitantes do Rio de Janeiro. Assim, aparecem: 1) *E aí, mermão, beleza?* (p. 17); 2) *O negócio é o seguinte...*; 3) *Num dá pra dá um jeitinho?* (a fala é reproduzida literalmente: dá...dá); 4) *dar um rolé*; 5) *Me vê aí uma caipirinha: Give me a caipirinha*. Além da transcrição fonética da frase, aparece a tradução em inglês. Outras: *pagar um mico, qualé, que gostosa, sapatão, rato de praia; Pô, que saco! Vamu nessa. Vamu saí fora, Vamu sartá fora. Tá mal. Tá na boa*.

Enfim, o livro é uma autêntica monografia sobre a linguagem popular do povo do Rio de Janeiro. Também as frases escritas nos banheiros mostram perfeitamente o registro verbal. Conferências, entrevistas para obtenção de emprego, contato entre vendedores e clientes são, em geral, vistos como situações formais. Já as passeatas, bate-papo em bar, festas em geral são definidas como informais. Os indivíduos de uma comunidade precisam saber quando devem mudar de uma variedade para outra: "*Não vai ser possível*" x "*Tô fora*".

Vejamos os dois textos abaixo:

1) Última corrida de touros em Salvaterra, Rebelo da Silva:

Uma toirada real chamara a corte a Salvaterra. Os fidalgos respiravam nesta ocasião menos oprimidos. Não os assombrava tão de perto a privança do ministro. Os toiros eram bravos, os cavaleiros destros, o anfiteatro pomposo, e o cortejo das damas adorável. O prazer ia na boca de todos. Por cúmulo de venturas, o marquês de Pombal ficara em Lisboa, retido pelo conflito com o embaixador da Espanha.

.....
Correram-se as cortinas da tribuna real. Rompem as músicas. Chegou el-rei, e logo depois entra pelos camarotes o vistoso cortejo e vê-se ondear

um oceano de cabeças e plumas.

(SILVA, Rebelo da . In *Contos e Lendas*. Apud Antologia Nacional, 1951, p. 203)

Comparemos o texto acima com o que o escritor Paulo Mendes Campos registrou na linguagem jovem da gíria:

2)A patota toda tinha se mandado pra Salvaterra. Tava tudo doidão, ô cara. O Pombal é que não pintou lá; tava numas transas com um careta espanhol. Deixa isso pra lá. Negócio seguinte: o Pomba tinha um grilo com touro; broncava por causa de tourada. Daí, pô? Dom José era um coroa legal, podes crer amizade. Pintou mulherio às pampas, meu chapa. Foi assim, ô cara: primeiro foi aquele som lá na Salva. Quando o rei deu as caras na tribuna de honra com toda a corriola ficô tudo ouriçado. Foi uma zorra, ô cara. (Apud PRETTI, Dino. *Sociolinguística – os níveis de fala*. 1977, 18)

Verificamos que o primeiro texto se encontra numa linguagem culta de um autor português do século XIX. Já o segundo representa a fala “solta”, própria de jovens em uma determinada situação de discurso, bastante afastada dos padrões formais da língua, com inúmeros termos de gíria.

Desse modo, observa-se que uma mesma língua apresenta diversidade de emprego no espaço, no tempo e num grupo social. Reconhecemos, porém, em ambos os casos, uma unidade que identifica os textos dentro da estrutura, do sistema da língua portuguesa.

Sob o título de “Trafiquês, a linguagem da bandidagem”,) O Globo, de 16 de junho de 2002, revela uma série de expressões usadas pelos fora-da-lei, uma espécie de código que dificulta para a maioria das pessoas a compreensão do que se quer comunicar. Além das mais conhecidas, verificam-se: *Tá babado* = o lugar está cheio de policiais; *papo reto* = conversa franca, sem mentiras; *caô* = conversa fiada; *roer* = levar vantagem; *alemão* = inimigo. Para a professora Mariângela Rios, uma das características da gíria é inviabilizar o acesso ao código do tráfico por pessoas comuns: é um código dentro de outro código maior. Normalmente, as palavras assumem um valor novo, criando o neologismo conceitual ou semântico. “Demorou” não é verbo para eles e, sim, um adjetivo com o significado de *bom, ótimo*.

Pelo exposto, verifica-se a possibilidade de várias modalidades de mensagens, de diversos registros lingüísticos. Toda língua de cultura (português, francês, inglês, etc.) apresenta seus discursos em duas modalidades - falado escrito - em diferentes níveis. A esses diversos níveis ou usos chamamos de registros.

Esta terminologia para tratar dos diversos estilos de fala ainda não é aceita por todos. O conceito de situação reduz-se, praticamente, à consideração em que ocorrem as interações verbais. Othon M. Garcia diz que a situação se

relaciona com o ambiente físico e social em que a frase é enunciada. Assim, a interjeição HUM! Pode ser uma frase de situação, quando for dita, por exemplo, em referência a uma senhorita cheia de atrativos, ao passar em frente a uma sala de aula. Aquele HUM! Está carregado de boas e más intenções, esclarecidas graças à situação em que foi enunciada.

Mas existe um sentido mais abrangente, como, *verbi gratia*, o contexto social global de uma comunidade, com suas marcas históricas e culturais próprias. O contexto da ordenação jurídica sugere o estudo das variedades lingüísticas particulares utilizadas pelos tabeliães, advogados, juízes e promotores nos julgamentos.

AS VARIEDADES LINGÜÍSTICAS E A ESTRUTURA SOCIAL

Em qualquer comunidade de fala, verificamos a coexistência de um conjunto de variedades lingüísticas, que ocorrem no contexto das relações sociais estabelecidas pela estrutura sociopolítica de cada comunidade. Mas há uma ordenação valorativa que reflete a hierarquia dos grupos sociais.

Não poderíamos esquecer um texto de Dinah Silveira de Queiroz, publicado em Quadrante 1, 2.^a edição. O texto tem o título de *Entender ou venerar* e conta a história de um chefe de um contínuo que “*esmagava a vida chamando chávénas às xícaras, e botelhas às garrafas. Em casa, sua mulher também tinha mais um encargo duríssimo que era o de traduzir a língua do marido para as empregadas*”.

O infeliz contínuo tinha um processo na Justiça, movido por uma parenta. Ele perdeu a questão e queixou-se ao Diretor. Mas, em geral, gente que fala assim difícil é socialista, e o Diretor estava pela mulher e pelos moleques e contra o Opressor, representado pelo contínuo. E explicou com todos os ff e rr, porque ele não poderia ganhar:

- É mister que a estrutura social hodierna busque influxo salutar emanado do poder judicante. Os legisladores não devem outorgar guarida aos miasmas da infiltração das ideologias dissolventes.

O Diretor se foi emocionando e terminou com essa chave de ouro:

- Seria frustrar os anelos dos deserdados das opíparas cornucópias das graças plutocráticas.

A seguir, perguntou ao contínuo, achatado, confuso e não senhor dos próprios pensamentos:

- Entendeu? usando afinal língua de gente.

O contínuo começou a suar e analisou aquela tão bela arrumação de palavras, difíceis a ele, em sua ignorância. Por isso devia corresponder a tanta nobreza de reverência, bem à altura de tamanha elegância. Deu um pulinho sobre o pé esquerdo, abaixou a cabeça:

- Entender o que o senhor disse.... não entendi não, seu Doutor. Mas pode estar certo de que eu venero. Venero tudo o que o senhor falou.

Isto significa que nas comunidades ocorrem variedades que são consideradas superiores e outras inferiores. Segundo Gnerre, “*uma variedade vale o que valem na sociedade os seus falantes*”, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais. A variedade padrão é a variedade lingüística socialmente mais valorizada, de reconhecido prestígio dentro de uma comunidade, cujo uso ocorre em função da formalidade da situação, do assunto tratado, da relação entre interlocutores, etc.

A questão da língua padrão tem uma enorme importância em sociedade como a nossa, diz Tânia Maria Alkmim. (p. 40). A padronização varia de acordo com a época: determinadas pronúncias, construções gramaticais e expressões lexicais. As línguas sofrem certas mudanças e a definição do “certo”, do “agradável”, e do “adequado” também. O padrão pode tornar-se não-padrão e vice-versa.

Formas como *frauta*, *escuitar*, *intonce* e “*se a gente, cuja valia e obra tanto amaste/ não queres que padeçam vitupério*” são encontradas em *Os Lusíadas*, de Camões. A fala das classes altas mudou. A das outras classes permaneceu. Daí, frases como “A gente fomos lá”. Por isso muitos dizem que o “erro” foi consequência do fato de que essas classes mantiveram seu padrão.

REFERÊNCIAS

- ALKMIN, Tânia Maria. *Sociolingüística*, in Introdução à lingüística – domínios e fronteiras (1). São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- BECHARA, Evanildo. *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?* 1.ª ed., São Paulo: Ática, 1993.
- _____. *Moderna gramática portuguesa*. 37.ª ed., Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 2.ª ed., Petrópolis: Vozes, 1970.
- CLARE, Nícia de Andrade Verdini. *A linguagem da política: inovações lingüísticas no português contemporâneo*. Rio de Janeiro, Tese de Mestrado, 1997.
- CRYSTAL, David. *Dicionário de lingüística e fonética*. 1.ª ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 2.ª ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.
- DUBOIS, Jean et alii. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- ELIA, Sílvio. *A língua portuguesa no mundo*. 1.ª ed., São Paulo: Ática (Série Princípios), 1989.
- FAULSTICH, Enilde L. de J. *Lexicologia: a linguagem do noticiário policial*. 1.ª ed., Brasília: Horizonte Editora, 1980.
- FEIJÓ, Luiz Cesar Saraiva. *A linguagem dos esportes de massa e a gíria no futebol*. 1.ª Ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- _____. *Brasil x Portugal – um derby lingüístico*. 1.ª ed., Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Língua e Literatura, 1998.

- _____. *Balançando o véu da noiva*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Língua e Literatura, 2002.
- FERREIRA, Carlota / CARDOSO, Suzana. *A dialetologia no Brasil*. 1.^a ed., São Paulo: Contexto, 1994.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 3.^a ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.
- LOBATO, Lúcia et alii. *Sociolinguística e ensino do vernáculo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 4.^a ed., Rio de Janeiro: Padrão, FGV, 1981.
- MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luiza (orgs.). *Introdução à Sociolinguística – o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MUSSALIM, Fernanda / BENTES, Anna Christina (org.). *Introdução à linguística* vol. 1. 1.^a ed., São Paulo: Cortez, 2001.
- NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2.^a ed., Rio de Janeiro: Simões, 1953.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. 1.^a ed., São Paulo: Edusp, 1999.
- _____. *Guia de uso do português*. São Paulo: Edusp, 2003.
- _____. *Que gramática estudar na escola?* São Paulo: Contexto, 2003.
- PRATA, Mário. *Dicionário de português*. 14.^a ed., São Paulo: Globo, 1995.
- PRETTI, Dino. *Sociolinguística. Os níveis da fala*. 9.^a ed., São Paulo: Nacional, 1977.
- RECTOR, Mônica. *A fala dos jovens*. 1.^a ed., Petrópolis: Vozes, 1994.
- RIBEIRO, João. *A língua nacional*. 2.^a ed., São Paulo: Cia. Edit. Nacional, 1933.
- RIBEIRO, Manoel P. / SANTOS, Danton Pedro dos. *Interpretação: pensamento, expressão, comunicação*. 1.^a ed., Rio de Janeiro: Edição dos Autores, 1978.
- RIBEIRO, Manoel Pinto. *Gramática aplicada da língua portuguesa*. 13.^a ed., Rio de Janeiro: Metáfora Editora, 2003.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 4.^a ed. São Paulo: Cultrix, 1972.
- SILVA, Euclides Carneiro da. *Dicionário da gíria brasileira*. 1.^a ed. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A., 1973.
- SILVA, Maria Emília Barcellos da. *O dinamismo lexical: o dizer nosso de cada dia*, In: *Língua portuguesa em debate*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SILVANETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2.^a ed., Rio de Janeiro: MEC/INL, 1963.
- SOUZA, Álvaro José de. *Geografia linguística – dominação e liberdade*. 2.^a ed., São Paulo: Contexto, 1991.

GLOSSÁRIO

Termos principais a que nos reportamos no artigo sobre “As dimensões da Sociolingüística”.

ANTROPOLOGIA – O estudo ou reflexão acerca do ser humano, do que lhe é específico. **ANTROPOLOGIA SOCIAL** – Ramo da antropologia que trata das características socioculturais da humanidade (costumes, crenças, comportamentos, organização social) e que se relaciona com várias outras ciências, como etnologia, arqueologia, lingüística, sociologia, economia, história, geografia humana.

DIALETO – “Uma variante de uma língua, distinta em termos sociais ou regionais e identificada por um conjunto particular de palavras e estruturas gramaticais. Dialectos falados costumam também ser associados a uma pronúncia característica ou sotaque. Qualquer língua com um número relativamente grande de falantes acabará por ter dialectos, principalmente se houver barreiras geográficas separando os grupos de pessoas ou divisões em classes sociais. É possível que um dialecto predomine sobre o outro, como uma forma oficial ou padrão da língua; esta variante será a forma escrita. A distinção entre dialecto e língua parece óbvia: os dialectos são subdivisões das línguas. Mas a lingüística (e, em especial, a sociolingüística) tem salientado a complexidade da relação entre as duas noções”. (CRYSTAL, David. *Dicionário lingüística e de fonética*. 1988, 81.)

DIALETOLOGIA – “É o estudo sistemático de todas as formas de dialecto, em especial o dialecto regional (por isso, pode ser chamada também de “geografia lingüística” ou “geografia dialectal”). “Os dialectos que identificam uma pessoa em termos de uma escala social são chamados dialectos sociais ou dialectos de classe. Mais recentemente, o termo *socioleto* passou a ser usado. Algumas línguas são altamente estratificadas em termos de divisões sociais: de classe, status profissional, idade e sexo, sendo que surgem importantes diferenças no dialecto social”. (David Crystal: 81).

DIGLOSSIA – Dá-se de maneira geral o nome de *diglossia* à situação de bilingüismo. Numa sociedade, a existência de dois ou mais códigos distintos, cada qual deles com funções claramente diversas, determinadas pela estratificação social, mas em que apenas um deles goza de prestígio. Nesse sentido, até o século XVII, tivemos no Brasil uma diglossia: de um lado, o português; de outro, o tupi-guarani.

David Crystal (in op. cit., p. 82), informa que o termo diglossia “é usado na SOCIOLINGÜÍSTICA para indicar uma situação em que duas variantes muito diferentes de uma língua co-ocorrem na comunidade de fala, cada uma delas com uma função diferente. Os falantes nativos sentem as variantes como sendo alternativas, ambas padronizadas até certo ponto, e com nomes especiais. Em geral, os sociolingüistas se referem a uma variedade alta (A) e a outra baixa (B), correspondendo grosso modo a uma diferença de formalidade: a variedade alta é aprendida na escola, costuma ser usada nas igrejas, nos programas de rádio,

na literatura séria etc. A variedade baixa é usada em conversas de famílias e outros ambientes relativamente informais. Situações de diglossia são encontradas no grego, no árabe, no alemão, por exemplo”.

(O) EXEMPLAR E (O) CORRETO – Segundo Evanildo Bechara, in *Moderna gramática portuguesa*, na 37.ª ed., p. 51, “há de distinguir-se cuidadosamente o exemplar do correto, porque pertencem a planos conceituais diferentes. Quando se fala do exemplar, fala-se de uma forma eleita entre as várias formas de falar que constituem a língua histórica, razão por que o eleito não é nem correto nem incorreto.

Já quando se fala do correto, que é um juízo de valor, fala-se de uma conformidade com tal ou qual estrutura de uma língua funcional de qualquer variedade diatópica, diastrática ou diafásica. Por ele se deseja saber se tal fato está em conformidade com um modo de falar, isto é com a língua funcional, com a tradição idiomática de uma comunidade, fato que pode ou não ser o modo exemplar de uma língua comunitária”.

LINGÜÍSTICA ANTROPOLÓGICA (OU ANTROPOLOGIA LINGÜÍSTICA) – Um ramo da LINGÜÍSTICA que estuda a variação e o uso da língua em relação aos padrões culturais e às crenças de um povo, utilizando teorias e métodos da antropologia. Estuda, por exemplo, como os traços lingüísticos podem identificar os membros de uma comunidade com um grupo social, religioso, ocupacional ou de parentesco. Seus interesses coincidem, até certo ponto, com os da ETNOLINGÜÍSTICA e da SOCIOLINGÜÍSTICA. (David Crystal, p.162).

ETNIA – população ou grupo social que apresenta relativa homogeneidade cultural e lingüística; compartilhando história e origem comuns. (gr. *éthnos* - raça, nação, povo)

ETNOLOGIA – 1) O estudo histórico dos povos e suas culturas. Conjunto dos estudos antropológicos que procuram generalizar e sistematizar, por meio de comparação, análise e interpretação, os conhecimentos a respeito dos diferentes povos e suas culturas, através da etnografia.

ETNOLINGÜÍSTICA – O estudo da linguagem em seu contexto social, e das relações entre a linguagem e os demais aspectos da sociedade e da cultura.

ETNOLINGÜÍSTICA (ETNOGRAFIA DA COMUNICAÇÃO) - Ramo da LINGÜÍSTICA que estuda a língua pela investigação de comportamentos e tipos étnicos. Há uma certa coincidência de conteúdo com a LINGÜÍSTICA ANTROPOLÓGICA e a SOCIOLINGÜÍSTICA, refletindo os mesmos interesses de disciplinas afins – a etnologia, a antropologia e a sociologia. Recentemente, os sociólogos começaram a usar a expressão *etnografia da comunicação* para o estudo da língua em relação a toda gama de variáveis extralingüísticas que identificam a base social da comunicação, centralizando-se na descrição da interação lingüística. (David Crystal, p. 101).

IDIOLETO – Termo usado para caracterizar o sistema lingüístico de uma falante individual – seu dialeto pessoal. Hábitos de fala de uma pessoa.

NEUROLINGÜÍSTICA – Ramo da LINGÜÍSTICA, às vezes chamado de lingüística neurológica, que estuda a base neurológica do desenvolvimento e do uso da língua no homem e tenta construir um modelo que represente o controle do cérebro sobre os processos de fala e audição. Trata da gagueira, afasia, etc.

PSICOLINGÜÍSTICA – Ramo da LINGÜÍSTICA que estuda a correlação entre o comportamento lingüístico e os processos psicológicos que se encontram, supostamente, por trás desse comportamento.

SOCIOLINGÜÍSTICA

Já definida, em linhas gerais, no artigo acima.

SOCIOLOGIA – Estudo objetivo das relações que se estabelecem, consciente ou inconscientemente, entre pessoas que vivem numa comunidade ou num grupo social, ou entre grupos sociais diferentes que vivem no seio de uma sociedade mais ampla.

SOCIOLETO – Termo usado por alguns sociolingüistas para indicar um variante lingüística (ou LETO), definido com base em critérios sociais (em oposição a regionais), correlacionando-o, por exemplo, com uma determinada classe social ou grupo profissional.